

O discurso político do movimento indígena da Colômbia entre 1982 e 1996

Mauricio Caviedes

Professor Assistente, Pontificia Universidad Javeriana.

Resumo:

O propósito desta comunicação é explicar as causas das dificuldades do movimento indígena da Colômbia para estabelecer alianças políticas com outros movimentos sociais e, dentro do movimento indígena, entre diferentes regiões da Colômbia entre 1982 e 1996. O discurso político do movimento indígena teve um desenvolvimento desde a sua criação até o movimento indígena virar central na discussão política nacional. As organizações indígenas da região dos Andes tentaram construir um movimento nacional, chamando as organizações de outras regiões para uma luta política baseada em reclamos de todos os povos indígenas. Embora o movimento indígena virasse uma força política nacional em um momento de fraqueza do movimento camponês e do movimento dos trabalhadores, o seu discurso não conseguiu fortalecer um sujeito político indígena.

Palavras chave: Movimento indígena, Discurso político, Colômbia.

Qual é o projeto de sociedade que o movimento indígena propõe e como pode esse projeto de sociedade se ligar ao projeto de outros movimentos sociais? Para achar a resposta dessa pergunta, é preciso entender a origem do projeto político indígena e o seu desenvolvimento até virar um movimento central na política da Colômbia.

As ideias apresentadas aqui estão baseadas na pesquisa de doutorado que levou à tese “Oro a cambio de espejos: “Discurso hegemónico y contra-hegemónico em el movimiento indígena em Colombia. 1982 a 1996”. O propósito desse trabalho era explicar a forma do movimento indígena construir um movimento nacional que devia reunir povos indígenas e organizações sociais indígenas de todas as regiões do país, desde os Andes até a Amazônia, com diferentes processos e reclamos históricos e políticos. O trabalho tenta explicar por quê esse projeto não conseguiu o seu propósito central: a “unidade indígena”. Pelo contrário, o projeto político indígena da região dos Andes produz uma quebra das relações políticas entre a região dos Andes e a do Amazonas. Essa quebra das relações não impediu que o movimento conseguisse força política nacional em um momento de fraqueza dos outros movimentos sociais no cenário político colombiano.

O movimento indígena da Colômbia não conseguiu criar um sujeito político indígena nacional, como tentou. No entanto, o propósito de criar esse movimento indígena nacional existiu, embora não tivesse sucesso. O movimento teve um centro hegemônico na região dos Andes, onde as organizações tentaram incorporar as organizações amazônicas, mas subordinadas dentro do movimento.

O resultado desse projeto foi a defesa política do movimento indígena da representação dos estereótipos racistas dos povos indígenas. O movimento indígena aceitou essa representação preconceituosa criada pela elite política nacional, para conseguir o reconhecimento do governo. Por causa disso, o movimento indígena criou um projeto político que tentava se incorporar no sistema político da aliança entre liberais e conservadores que criou uma democracia com restrições, conhecida como “Frente Nacional”.

O período de 1982 até 1996 é importante para entender o processo, porque em 1982 foi criada a primeira organização indígena com propósitos de representação no nível nacional: A Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC). A organização foi criada pelas mesmas lideranças que criaram o Conselho Regional Indígena do Cauca (CRIC), na região dos Andes, a primeira organização social indígena da Colômbia. Essa organização nacional teve o propósito de liderar o movimento dos povos indígenas. O momento de maior força política do movimento, em 1991, parece demonstrar a força da organização. No entanto, durante a década de 1990, o movimento teve muitos conflitos internos. Esses conflitos viraram visíveis em 1996, em um processo de protesto contra o governo.

Discurso hegemônico dentro do movimento indígena.

A pesquisa concentrou-se na análise da linguagem utilizada em público pelas organizações indígenas. Esse discurso teve o propósito de construir a “Unidade Indígena” e exigir o projeto político dos povos indígenas na frente da sociedade nacional, mas também, para a construção de um projeto de sociedade novo para os povos indígenas e a sociedade nacional, também. O jornal que divulgava o projeto

político indígena chamava-se: “Unidad Indígena” e era produzido pelo CRIC, no começo e pela ONIC pouco depois.

No entanto, a análise da pesquisa levou em conta a imprensa indígena e a imprensa dos jornais de circulação nacional. Isso permitiu estudar a representação dos povos indígenas tanto na imprensa indígena, quanto na imprensa nacional.

A pesquisa estudou a linguagem da representação indígena desde as organizações indígenas e desde os jornais nacionais, desde o ponto de vista da Análise Crítica do Discurso de Teun A. Van Dijk (2005). Além disso, utilizou a noção de construção da hegemonia segundo Ernesto Laclau (2005). Dessa forma foi possível entender a construção discursiva da hegemonia no movimento indígena.

Segundo Laclau, os movimentos populares existem por causa de uma “identidade popular”, que dá forma ao movimento. Para Laclau, os reclamos dos diferentes grupos sociais podem se juntar graças a relações chamadas (por Laclau) “cadeias de equivalências”. Isto é, alianças políticas entre grupos que, dentro dessa aliança, podem se reconhecer como um sujeito político “popular”. Em outras palavras, podem se reconhecer como “povo”. Inspirado em Freud, Laclau sugere que existe uma relação dentro do grupo, baseada na fidelidade com o líder. A identidade de classe, por exemplo, não pode ser resultado da coincidência de situações econômicas. É resultado da “hegemonia”, como foi definida por Gramsci. Na interpretação de Laclau, hegemonia é uma força social que representa a sociedade e nasce em um momento de luta até virar uma lógica política. A “identidade” é resultado das alianças criadas no momento da busca coletiva de reclamos desde diferentes grupos sociais. A “hegemonia” é a força da representação identitária do líder por cima das alianças que vira em “lógica política”.

Do outro lado está o “discurso”, que é um instrumento político dos sujeitos sociais para construir as alianças e, ao mesmo tempo, é uma evidência dessas alianças, segundo afirma Van Dijk (2005).

Desde esse ponto de vista, é importante levar em conta que, os reclamos das organização indígenas dos Andes nascem em um momento de crescimento das grandes fazendas, que tinha apoio dos partidos liberal e conservador. Na região amazônica, pelo contrário, a luta buscava rejeitar o poder das missões religiosas dentro dos territórios indígenas, baseada na exploração da força de trabalho indígena. Existia a colonização da Amazônia, mas ainda não atingia os povos indígenas com muita força. Esse problemas regionais foram a base da organização indígena no começo, porque os problemas dos povos indígenas eram diferentes em diferentes regiões do país.

Porém, a elite política nacional utilizou sua representação dos povos indígenas na região dos Andes para representar aos povos indígenas do país todo. As lideranças dos Andes aceitaram essa representação e reproduziram essa representação como instrumento, porque o governo aceitava discutir com os povos indígenas os seus direitos só sobre a base dessa representação. Isso aconteceu apesar dos esforços para articular as organizações indígenas regionais numa organização nacional e conseguir representação política para todos os povos indígenas.

Essa tensão levou o movimento indígena até uma contradição entre duas posições: Uma posição crítica contra o governo, a elite política e o Estado e, do outro lado, uma posição de aliança com o Estado dentro de um sistema político que limita a ação política do movimento pelo aceite das organizações sociais dentro do Estado colombiano. As duas posições produziram alianças políticas em momentos históricos diferentes. Mas as duas posições quebraram, também a articulação política entre a região dos Andes e a região do Amazonas.

A defesa da unidade nacional dos povos indígenas na luta pelos direitos indígenas tem sido a base principal do seu discurso político. A ideia do movimento indígena como uma unidade nacional reflete o projeto de construção da unidade política que Laclau chama de “popular”, pelas “cadeias de equivalências” de reclamos pelos direitos. A identidade indígena existe graças à construção desse processo político, no reclamo de “Território, Cultura e Autonomia”. Esse reclamo continuará se o Estado não puder ou quiser responder. É por isso que esse reclamos são cadeias de equivalências. A

articulação dessas demandas afasta aos povos indígenas do Estado e permite que o movimento indígena vire um novo sujeito social. O movimento indígena não representa o povo, mas o movimento indígena é um movimento que procura ser popular, porque tenta criar cadeias de equivalências. Embora não seja uma condição permanente, as identidades políticas permitem que exista um movimento indígena, porque criam alianças em momentos de importância política para conseguir esses reclamos. Esse movimento pode virar, logo, sujeito político.

No entanto, essa identidade existe se existir, dentro do movimento, reclamos específicos e, ao mesmo tempo, parte das equivalências, com outros grupos sociais que poderiam ser satisfeitas se o projeto e a dinâmica política mudar.

A pesquisa estudou os momentos políticos dos reclamos mais importantes que atingiram a identidade indígena e os momentos que quebraram essa identidade. Segundo Laclau, os reclamos políticos deixam de ser democráticos e viram “populares” quando o momento político cria equivalências e articula diferentes grupos com reclamos. Nesse momento, a articulação desses grupos que antes tinham diferentes reclamos e agora articularam esses reclamos, cria um movimento “popular”. O que importa aqui é a forma do movimento indígena desenvolver ou quebrar esses reclamos e suas cadeias de equivalência, por causa das decisões dentro das organizações indígenas, ou por causa da influência de outras forças sociais.

Mas, por quê é a linguagem, na forma de discurso, que articula ou quebra as relações entre esses sujeitos políticos? Por quê a linguagem muda as formas de poder? O linguista alemão Víctor Klemperer disse que a ideologia e a linguagem podem se misturar até o ponto da emoção da linguagem impedir ao sujeito pensar por si. Nesse momento, segundo Klemperer, o sujeito deixa a linguagem pensar por ele. É nesse momento, quando a ideologia vira uma linguagem que pensa pelo sujeito. Na minha opinião, a definição de Klemperer é compatível com a definição da “ideologia” segundo Marx e Engels no texto “A ideologia Alemã”. Nesse texto, os autores afirmam que, a ideologia é uma falsificação da realidade com o propósito da dominação política (Marx & Engels 1968). Desde este ponto de vista, a linguagem não busca representar a

realidade, mas liga ao ser humano com a realidade para lhe permitir entender a relação entre dominados e dominadores. Só quando o ser humano confundir a linguagem com a realidade, o ser humano aceita a ideologia da classe dominadora e aceita a sua subordinação. Isso é semelhante a as observações de Victor Klemperer sobre o discurso nacional-socialista e a forma desse discurso se introduzir emocionalmente no pensamento alemão e também judío. Klemperer tente mostrar que o discurso sionista começou a refletir o discurso nacional socialista alemão porque tinha penetrado profundamente nas emoções dos judeus (Klemperer 2001). De forma semelhante, acho que o discurso da unidade nacional utilizado durante o Frente Nacional penetrou tão profundamente no pensamento social, que virou um propósito do movimento indígena. Dessa forma, o discurso do movimento indígena virou um reflexo do projeto político do frente nacional que começou com o acordo entre o partido liberal e conservador.

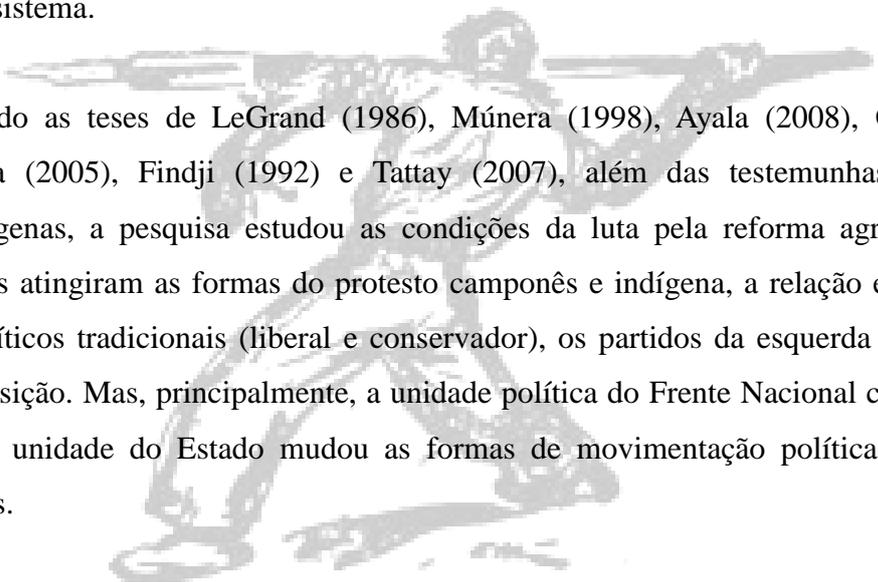
Nessas condições, o discurso consegue se reproduzir para impedir construir um novo sujeito político a quem utiliza esse discurso, na procura de um projeto diferente de sociedade. Se a construção do projeto político contrário ao projeto hegemônico desde reclamos articulados conduzir ao nascimento de um novo sujeito político, esse novo sujeito pode aceitar o discurso político dominante. Nesse caso, esse novo sujeito abandona seu propósito de existir como sujeito político. Esse é o momento da morte desse sujeito por causa do seu próprio discurso.

Um ponto de vista importante para entender as diferenças entre o projeto político indígena da Amazônia e da região dos Andes é a perspectiva comparada da história dos processos econômicos dessas regiões. No entanto, as fontes de informação sobre os processos de organização política na região da Amazônia são menores do que as fontes de informação sobre a região dos Andes. Mas essas diferenças na história econômica das duas regiões permitem entender as diferentes formas de representação dos povos indígenas que existem na Colômbia e os diferentes projetos políticos das organizações indígenas em Colômbia.

As formas atuais de organização indígena na Colômbia e o seu discurso.

As formas de organização atual do movimento indígena começaram com a

criação do Conselho Regional Indígena do Cauca (CRIC), em 1971. Dez anos depois, em 1982, nasceu a Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC) sobre a base dessa forma de organização. Durante sua participação na maior organização social camponesa, as lideranças indígenas criaram um discurso semelhante ao discurso camponês, oposto às políticas do Frente Nacional. As formas de organização sindical e na forma de cooperativas, promovidas pelo movimento camponês, determinaram também as formas de organização política dos povos indígenas da região dos Andes. A relação com a esquerda gerou formas de luta entre os povos indígenas que viraram características da sua ação política. Mas essas alianças com o movimento camponês e a esquerda não deram ao movimento indígena o propósito de ir além do sistema político controlado pelo sistema do Frente Nacional. O movimento indígena só procurou a sua inserção nesse sistema.



Utilizando as teses de LeGrand (1986), Múnera (1998), Ayala (2008), Gros (2010), Archila (2005), Findji (1992) e Tattay (2007), além das testemunhas de lideranças indígenas, a pesquisa estudou as condições da luta pela reforma agrária. Essas condições atingiram as formas do protesto camponês e indígena, a relação entre os partidos políticos tradicionais (liberal e conservador), os partidos da esquerda e os partidos da oposição. Mas, principalmente, a unidade política do Frente Nacional como instrumento de unidade do Estado mudou as formas de movimentação política dos povos indígenas.

Embora esses autores não concordem nas suas teses, todos coincidem na ideia de que o Frente Nacional criou uma nova relação entre o dois partidos que compartilhavam o governo, os partidos da oposição e os partidos da esquerda.

Na minha hipótese, durante o enfraquecimento da reforma agrária na década de 1960 os povos indígenas acharam um instrumento diferente da reforma para lutar pelos seus direitos territoriais na região dos Andes. Esse instrumento era a lei 89 de 1890. A lei aceitava as formas de organização indígena e propriedade coletiva da terra criadas durante o domínio colonial espanhol: o “cabildo” e o “resguardo”. O discurso indígena nasce na década de 1970 misturando o discurso liberal do movimento camponês, o

discurso dos partidos de oposição ao Frente Nacional, a esquerda socialista e a defesa dos resguardos coloniais.

No entanto, essa relação com a esquerda não foi harmônica. Foi uma relação contraditória por causa da lógica da vanguarda revolucionária que existia no pensamento de uma parte importante da esquerda. O movimento indígena criou um discurso inspirado na esquerda e os reclamos de diferentes grupos sociais, mas incorporou nele a defesa do “próprio” (território, formas de organização social, cultura).

No entanto, essa inspiração nas ideias da esquerda foi maior na região do Cauca, do que em outras regiões. Na região de Antioquia essa relação foi menor. Mas na região do Amazonas, essa relação quase não existiu. Embora a região dos Andes e a região do Amazonas procuraram uma aliança desde o começo do processo da organização indígena, na região amazônica as organizações estiveram mais perto do governo, do que das outras organizações sócias do momento. A reforma agrária, as cooperativas, a esquerda, a crítica da direita foram experiências ideológicas afastadas das organizações indígenas amazônicas.

A aliança popular contra o poder dos governos do Frente Nacional aconteceu na região do Cauca e na região de Antioquia. Foi necessária para afrontar a repressão e a exclusão política do momento, por causa do controle político e econômico do Frente Nacional.

Na região amazônica, pelo contrário, a organização indígena cresceu envolvida nas mudanças econômicas do país. Até esse momento, as missões religiosas tinham o controle da economia da região. O afastamento das missões deixou a economia nas mãos da exploração privada do território. Por isso, na região amazônica, as organizações indígenas precisavam uma aliança com o governo e conseguir presença dele na região, para deter o rápido processo de exploração do território e seus recursos naturais. Nos Andes, pelo contrário, a aliança com outros setores sociais foi necessária na frente a ação do governo, que era, na prática, só militar.

Dessa forma, as organizações indígenas da região criaram uma representação dos baseada no discurso herdado dos partidos tradicionais. Os movimentos indígenas utilizaram esse discurso para fortalecer seu processo político com o propósito de conseguir um movimento nacional. Mas essa representação deixou fora aos povos indígenas da região amazônica.

Crise do Estado, democratização e o movimento indígena no cenário político nacional: 1978 até 1990.

Entre 1978 e 1990, o Estado atravessou uma crise de legitimidade. Essa crise era visível pela incapacidade do estado para manter o chamado “monopólio da força”. O exército, as guerrillas e os paramilitares estavam fora do seu controle.

O Frente Nacional tentou resolver isso utilizando a repressão de todos os grupos políticas que ficaram fora do acordo entre os dois partidos do poder: Liberal e Conservador. O Frente Nacional tentou e conseguiu impedir qualquer participação nas instituições do governo de qualquer partido, grupo ou movimento que estivesse fora la aliança entre liberais e conservadores.

No entanto, a utilidade da repressão acabou e o Frente Nacional ficou obrigado a procurar cenários de participação democrática de outros grupos, partidos e movimentos. Nesse cenário, o movimento indígena conseguiu visibilidade. A procura por uma aliança nacional indígena virou ainda mais importante desde esse momento.

No cenário eleitoral, os indígenas conseguiram presença durante a “Asamblea Nacional Constituyente”. Mas na realidade, a lei já tinha incorporado a maioria dos direitos dos povos indígenas pouco antes da Constituição de 1991. Durante o final da década de 1980 e durante o começo da década de 1990 a ação contra os povos indígenas esteve nas mãos dos atores armados: tanto as guerrillas, quantos os paramilitares, que tentaram retirar dos povos indígenas na prática o controle dos territórios indígenas, reconhecido na Constituição de 1991.

Na década de 1990 o movimento indígena utilizou seu discurso político mais

com o propósito de conseguir um lugar dentro da estrutura do estado, do que para a organização comunitária e o controle do território. Mais do que para a busca de alianças com outros movimentos sociais. Uma das causas disso é que a representação dos povos indígenas no país estava quase só nas mãos da região dos andes.

Entre 1978 e 1991, o projeto político do movimento indígena fez da participação eleitoral a sua prioridade. Sua posição em relação com o Frente Nacional mudou. Deixou de ser priorizar a crítica, para virar um protagonista no cenário do governo. Essas mudanças mostram que as organizações indígenas nunca rejeitaram uma aliança com o governo, nem com os partidos do bloco do poder.

O movimento indígena aproveitou as mudanças políticas do governo de Belisario Betancur (1982-1986) e Virgilio Barco (1986-1990), para crescer como força política eleitoral regional. Apesar disso, o movimento indígena não conseguiu desenvolver uma proposta política nacional. A representatividade que ganhou com as eleições foi regional, principalmente na região dos Andes. Na região amazônica esse fenômeno nunca aconteceu. Uma evidência disso é a participação das lideranças indígenas na Assembleia Nacional Constituinte. Durante o período que fechou o Frente Nacional as organizações indígenas da região dos Andes aproveitaram o discurso da esquerda que tentava quebrar o controle antidemocrático do Frente Nacional. Nessas condições, o governo reprimiu essas organizações e acusou às suas lideranças de alianças com as guerrillas, mas as guerrillas reprimiram as lideranças indígenas também. Durante a década de 1980, o movimento indígena tentou organizar um projeto de organização indígena nacional. Mas, para isso, precisava estabelecer sua posição em relação com outros movimentos sociais. Naquele momento, todos esses movimentos procuravam um sistema político democrático e o final tema de democracia restringida do Frente Nacional. Mas, ao mesmo tempo afrontavam a chamada “guerra suja”, as dificuldades das negociações de paz, o crescimento do paramilitarismo e a rejeição do governo das reformas democráticas.

Nos territórios indígenas da região dos Andes, essas mudanças geraram alianças indígenas com organizações camponesas e sindicatos. Ali, as organizações indígenas

tentaram criar uma posição em prol da democracia e o final do Frente Nacional, com o propósito de se representar na “Asamblea Nacional Constituyente” e o senado. Nesse momento era preciso sair do “Frente Nacional em proceso de desmonte” (utilizo esta expressão de Archila, para falar da estrutura do Frente Nacional depois do final das leis que o criaram). Por isso, o discurso indígena esteve perto do discurso da esquerda.

Os povos indígenas da região Amazônica, pelo contrário, procuravam uma relação mais forte com o governo, porque o governo não levava as instituições do Estado até os territórios indígenas. Só até a década de 1980, o Estado reconhece os territórios indígenas da região amazônica. É por isso que os povos indígenas rejeitaram as lideranças indígenas da região dos Andes e a participação na organização nacional.

Essas diferenças políticas foram úteis para o governo, que quebrou as fracas alianças que existiam até o momento. A quebra delas era visível em 1991.

O otimismo da década de 1990.

Durante a década de 1990, o movimento indígena foi, para muitos, um novo sujeito político. Porém, quando o movimento pus sua prioridade na participação eleitoral, afastou as suas lideranças das suas comunidades. Embora nascesse um novo atos político, esse ator era um ator eleitoral. Porém, o coletivo que compartilha uma identidade na movimentação política abandonou sua capacidade de ação política e a deixou nas mãos das lideranças que representam ao Estado. O movimento utilizou uma metáfora para falar das suas lideranças: “A vos dos que não têm voz”. Com essa metáfora, as lideranças entram nas instituições do Estado para falara pela comunidade, que abandona sua voz para deixar as lideranças falar pela comunidade. Nesse momento, a comunidade deixa de ser sujeito político. A construção de uma sociedade diferente deixa de ser uma prioridade. A prioridade é a participação das lideranças nas instituições do governo.

Para defender essa ideia sigo a análise de Richiani (2003) e Misas (2002) sobre as mudanças políticas da Colômbia na década de 1990. Utilizo essas análises para entender o contexto político do movimento indígena na década de 1990.

O movimento indígena não estava preparado para as mudanças na dinâmica do conflito armado na década de 1990. A participação das lideranças indígenas no senado gerou mudanças importantes na lei, mas não conseguiu nem reduzir a forma da guerra atingir as comunidades nos seus territórios, nem se opor às dinâmicas econômicas que acrescentaram a guerra.

Discurso hegemônico e Discurso contra hegemônico no movimento indígena na Colômbia entre 1982 e 1996.

O processo liderado pelo modelo CRIC-ONIC teve um enfraquecimento que começou com um projeto transformador em 1982 até os protestos nacionais de 1996. Desde a criação do movimento, em 1982, até a ocupação da sede da “Conferencia Episcopal” em 1996, para reclamar ao governo o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, o processo do movimento indígena mudou. Começou com a busca de um modelo democrático e terminou na participação das suas lideranças nas instituições do sistema de democracia restringida.

Os jornais nacionais e a imprensa indígena representaram nesses anos aos povos indígenas com estereótipos racistas, criados pelas lideranças políticas liberais e conservadores desde a década de 1920. A imprensa nacional relaciona aos povos indígenas com representações emocionais negativas, de um lado. Do outro, a imprensa indígena relaciona aos povos indígenas com representações emocionais positivas. Mas ambas utilizam essas relações emocionais sem falar do lugar histórico, econômico, político e social dos povos indígenas. Pelo contrário, apresenta aos povos indígenas em uma realidade social onde o sujeito da transformação política não é o ser humano, mas a terra que criou aos povos indígenas e o “homem branco” tirou. E essa é a causa eterna da dicotomia entre os povos indígenas e a sociedade nacional.

Dessa forma, o discurso das organizações indígenas reduz as relações de exploração e dominação impostas sobre os povos indígenas na dicotomia racista dos indígenas contra os brancos. Os instrumentos dessa representação são só emocionais e a representação na imprensa indígena não fica em dúvida nunca. Isso impede um debate

sobre o projeto social o os sujeitos que esse projeto social representa.

Essa representação não procura a construção de uma sociedade nova, mas busca a integração em um sistema político criado desde a república. Só que os povos indígenas reclamam a inclusão nessa estrutura. Porém, o sistema político em sim não precisa mudar. Essa é uma forma de entrar em condição de subordinação nesse sistema. Sistema que, ao mesmo tempo, os indígenas acusam de ter roubado as suas terras.

Isso apagou as diferenças entre o discurso hegemônico do pensamento racista conservador-liberal e o discurso contra-hegemônico do movimento indígena. Os discursos de misturam e viram um discurso só.

Bibliografia.

ARCHILA, M. (2005) *Idas y venidas. Vueltas y Revueltas. Protestas sociales en Colombia. 1958-1990*. Bogotá. ICANH.2005.

AYALA, C.A. (2008). *Exclusión, Discriminación y Abuso de poder en El Tiempo del Frente Nacional*. Bogotá. Universidad Nacional de Colombia.

AYALA, C.A. (1995). *Nacionalismo y populismo: Anapo y el discurso político de la oposición en Colombia. 1960-1966*. Bogotá. Universidad Nacional De Colombia-Cindec-Colciencias.

FINDJI, M.T. (1992). "From Resistance to social movement: The Indigenous Authorities Movement in Colombia". En Escobar Arturo y Alvarez Sonia (editores) *The making of Social Movements in Latin America*. Pp 112-133. Boulder, Colorado. Westview Press.

GROS, C. (2010) *Nación, identidad y violencia: el desafío latinoamericano*. Bogotá. Universidad Nacional de Colombia. 2010.

GROS, C. (2000). *Políticas de la etnicidad*. Bogotá. ICANH.

GROS, C. (1997). "Indigenismo y etnicidad: el desafío neoliberal". En URIBE María Victoria & RESTREPO Eduardo (editores). *Antropología en la modernidad. Etnicidades y Movimientos Sociales en Colombia*. Bogotá. ICAN.

GROS, C. & MORALES, T. (2009). *¡A mi no me manda nadie! Historia de vida de Trino Morales*. Bogotá. ICANH.

JIMENO Myriam & PALECHOR, Juan Gregorio. (2006). *Juan Gregorio Palechor. Historia de mi vida*. Bogotá. Universidad Nacional de Colombia.

KLEMPERER, V. (2001). *La lengua del Tercer Reich*. Barcelona: Editorial Minúscula.

LACLAU, E. (2005). *La razón populista*. México, DF: FCE.

LE GRAND, C. (1986). *Frontier Expansion and peasant protest in Colombia 1850-1936*. Albuquerque. University of New Mexico Press.

MARX, C. & ENGELS, F. (1968). *La ideología alemana. Crítica de la novísima filosofía alemana en las personas de sus representantes Feuerbach, B. Bauer y Stirner, y del socialismo alemán en las de sus diferentes profetas*. Montevideo. Ediciones Pueblos Unidos.

MISAS, G. (2002). *La ruptura de los 90. Del gradualismo al colapso*. Bogotá. Universidad Nacional de Colombia.

MUELAS, H.L. (2007). "Las leyes blancas son sólo puntos negros sobre el papel". En *Revista Etnias & Política*. No. 4. Abril 2007. Bogotá. CECOIN.

MUNERA, L. (1998). *Rupturas y continuidades. Poder y movimiento popular en Colombia 1968-1988*. Santa fé de Bogotá. IEPRI-Universidad Nacional de Colombia-

CEREC.

RICHIANI, N. (2003 [2002]). *Sistemas de guerra. La Economía Política del Conflicto en Colombia*. Bogotá. DC. IEPRI-Editorial Planeta.

TATTAY, P (2007). “Aportes del movimiento indígena al movimiento popular” En *Revista Etnias & Política*. No. 5. Bogotá. CECOIN. 2007.

VAN DIJK, T.A. (2005). EL discurso como interacción en la sociedad. En T.A. VAN DIJK. (Comp.), *El discurso como interacción social*. Barcelona: Gedisa.

VAN DIJK, T.A. (2005). *La ciencia del texto. Un enfoque interdisciplinario*. Barcelona: Paidós.

